

O Departamento de Psicanálise e a formação psicanalítica

Flávio Carvalho Ferraz

Flávio Carvalho Ferraz é membro dos Departamentos de Psicanálise e de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; autor do livro *Desafios epistemológicos para a psicanálise* (Blucher, 2025), entre outros.

Resumo Um projeto institucional de transmissão da psicanálise deve se alicerçar em fundamentos epistemológicos que envolvam o *objeto* da psicanálise, o fazer analítico, a formação do analista e as condições institucionais que permitam seu funcionamento. Ou seja, todos esses elementos devem ser, em si, analíticos. Enfatiza-se a convicção de que o rigor epistemológico a respeito do que é o *analítico* e do que é o *objeto* da psicanálise deve impregnar a constituição de uma associação formadora de psicanalistas. Com base nessa necessidade, apresenta-se em linhas gerais a posição do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, entremeada com as posições pessoais do autor.

Palavras-chave transmissão da psicanálise; formação psicanalítica; epistemologia da psicanálise.

DOI: 10.70048/percurso.74.19-24

Este artigo retoma e, de certa forma, reescreve dois trabalhos já publicados aqui na revista *Percurso*. São eles: “Transmissão da psicanálise e formação psicanalítica: apontamentos a partir da experiência do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae”, publicado no número 41, em 2008; e “Transmissão via inconsciente”, publicado na seção “Debate” do número 45, em 2011. O aniversário de 40 anos do Departamento de Psicanálise do Sedes dá ensejo a uma retomada como esta, com a devida atualização de alguns pontos de vista já expressos anteriormente.

O primeiro artigo resultou de uma apresentação numa mesa de debate sobre formação psicanalítica em que representei o Curso de Psicanálise do nosso departamento; sou grato aos colegas professores pela escolha de meu nome para a tarefa de apresentar as linhas gerais do que concebíamos como transmissão da psicanálise e formação psicanalítica. Participaram do encontro Marina Massi, representando a SBPSP, e Antônio Quinet, do Rio de Janeiro, representando o pensamento lacaniano. O debate foi muito interessante porque justapôs, de fato, três concepções distintas e consolidadas: a posição oficial da IPA, com todas suas regras para a formação, especialmente a análise didática; a posição lacaniana, baseada no passe, que, *grosso modo*, consiste num processamento público sobre a análise pessoal quando encerrada; e a posição intermediária da casa, crítica a ambos os sistemas.

O segundo foi escrito para a seção “Debate” da *Percurso*, a convite de Gisela Haddad e Vera Zimmermann, às quais agradeço, com o objetivo de cotejar opiniões diversas sobre a formação; ali escrevi ao lado de Carlos Henrique Kessler (da UFRGS), Luís Meyer (da SBPSP) e Urânia Tourinho Peres (da UFBA).



*o saber do analista se resolve
num saber analisar;
analisar é um fazer saber
e não um saber fazer*

Abordarei aqui um ponto central que tem me orientado no pensamento sobre o cerne da transmissão da psicanálise, em sua particularidade. Muito já se discutiu e se publicou sobre essa singularidade, que coloca nossa disciplina num lugar bastante diferente dentro do conjunto das ciências e disciplinas. O conteúdo do que direi a seguir é, até certo modo, fruto de reflexões e discussões que temos feito entre os membros do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, no qual estou inserido; mas, em larga medida, reflete minhas convicções pessoais.

Regina Schnaiderman, fundadora do Curso de Psicanálise do Sedes Sapientiae, nos legou um escrito, bastante denso e sucinto, que é um norte para nossa discussão sobre a formação. Tem a ver com a ideia da posição do formador na instituição. Afirma ela:

Sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*¹.

O segundo item já contém um problema epistemológico: ao dizer que “reencontrá-lo *in vivo*”, na situação analítica, é uma necessidade mútua, tanto para um como para outro, ela elimina todas as demais exigências da ciência natural ou da cultura. Trata-se de uma experiência cujo objeto a ser encontrado é compartilhado; é um objeto a ser encontrado ao mesmo tempo por ambos, analista e analisando.

E continua:

3) isto [o saber do analista] o diferencia do que seria, por exemplo, o saber matemático. [...]; a respeito deste

sujeito particular com que me enfrento, eu não conheço nada: o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração de seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer².

Com alguma criatividade, podemos transpor um pouco desse imperativo para o trabalho na instituição, na medida em que temos uma peculiaridade no objeto que não é mais o objeto do saber. Lembrando que, para Laplanche³, a experiência psicanalítica também está presente na teorização, conclui-se que só pode haver uma metapsicologia que não seja exatamente uma metafísica. A metapsicologia é filha direta da experiência psicanalítica e serve para nos auxiliar na escuta. Do contrário, ela não teria nenhuma serventia para o ofício do analista.

Schnaiderman prossegue:

O saber psicanalítico tem a curiosa característica de ser um primoroso não saber, e qual seria sua fonte? As fontes seriam: 1) os textos de Freud, sim, mas isto não basta; 2) o fato de ter sido analisado, sem dúvida; mas isto também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Este é um dos paradoxos da psicanálise⁴.

Essa conclusão desvela a exigência de um processamento propriamente epistemológico sobre a singularidade de nosso ofício. E do aprofundamento das discussões sobre a estreita relação que deve haver entre análise pessoal e estudo teórico, no âmbito de uma estranha disciplina cujo maior desafio é a árdua aprendizagem do não saber!

Entendo que um projeto institucional de formação deve se alicerçar em fundamentos epistemológicos que envolvam o *objeto* da psicanálise, o fazer analítico, a formação do analista e as condições institucionais que permitam seu funcionamento. Ou seja, todos esses elementos devem ser, em si, analíticos. Mas minha ênfase recai sobre a convicção de que o rigor epistemológico a



O objeto psíquico
se distingue
completamente daqueles
das ciências da natureza

respeito do que é o *analítico* e do que é o *objeto* da psicanálise deve impregnar a constituição de uma associação formadora de psicanalistas. Quando pensamos com rigor epistemológico sobre o que diferencia a transmissão da psicanálise da transmissão em outras áreas, percebemos que o objeto que se apreende em cada uma das situações de formação varia profundamente.

A experiência da análise, da supervisão, da leitura e trabalho do texto, numa formação com essa perspectiva, conduz a uma experiência analítica ampla. Laplanche⁵ postula que o lugar da experiência psicanalítica não é exclusivamente o lugar da clínica. Ela se dá na clínica, certamente, mas também em outros lugares, como, por exemplo, na “psicanálise extramuros” e na própria teoria, o que é muito curioso. A teoria, em psicanálise, é em si mesma uma experiência analítica, porque só pode ser formulada na medida em que seu objeto é esse *psíquico* epistemologicamente fundado por Freud quando separou, pelo recurso ao *apoio*, o que é da ordem do pulsional daquilo que era da ordem da conservação.

Freud, mesmo dizendo o contrário, subverte assim o modelo epistemológico das ciências duras (nas quais insistia que a psicanálise um dia estaria) para criar outro modelo, do qual ele parecia ainda nem se dar conta, ao menos do ponto de vista da enunciação de uma epistemologia. O objeto a que chamamos *psíquico*, por ele descoberto, é um objeto que se distingue completamente daqueles das ciências da natureza.

Desde o princípio de sua investigação, quando supõe algo como o *inconsciente*, mesmo sem empregar esse termo, nem tampouco o termo *recalcamento*, Freud está em busca de um objeto que, em seu discurso manifesto, tinha – por

imperativo – que estar na esfera das ciências da natureza. Vamos tomar, por exemplo, a teoria inicial do recalque nos “Estudos sobre a histeria”⁶. Trata-se de algo que pode ser formulado assim: existe certa memória paradoxal de uma cena recalcada (leia-se: esquecida) que, quando for recordada, trará uma remissão dos sintomas.

No caso de Elisabeth von R., os sintomas histericos decorriam do fato de ela ter desejado desposar o cunhado que se tornara viúvo. A ideia de que ele estava livre para ela lhe ocorre no momento em que sua irmã vem a falecer. Sua lembrança de ter tido tal ideia deu a Freud a prova concreta de que ele precisava para justificar sua teoria perante a ciência da natureza (*Naturwissenschaft*). Quando descobre, por meio da análise de Elisabeth, que há uma representação, um traço mnêmico que ficara recalcado, ele encontra, então, uma espécie de materialidade causadora da histeria. Ele pode, enfim, oferecer à ciência a prova de que seu trabalho tinha fundamento. Ou seja, a representação recalcada “estava lá”, e ele a encontrou mediante o uso de seu método.

No entanto, na última seção dos próprios “Estudos sobre a histeria” (“A psicoterapia da histeria”), Freud afirma que tudo ia muito bem nos tratamentos até que a situação se complicava, quando a analisanda desenvolvia um amor pelo analista. Isso “atrapalhava” o sucesso do método. Isto é, incidentalmente, ele falava do fenômeno da transferência. E, assim, a ciência natural que prometia já não se ajustava a seu método de modo tão rematado. Laplanche utiliza a expressão *ilusão apofântica* para se referir a esse problema do suposto encontro da cena que explicaria a formação do sintoma. Discorrendo sobre a teoria da sedução, afirma:

1 R. Schnaiderman, “Política de formação em psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura”, *Percurso*, 1(1), 1988, p. 11-14.

2 R. Schnaiderman, *op. cit.*

3 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*.

4 R. Schnaiderman, *op. cit.*, p. 13.

5 J. Laplanche, *op. cit.*

6 J. Breuer; S. Freud, “Estudos sobre a histeria”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*; v. 2, p. 13-370.



*o objeto psíquico
só pode ser apreendido
mediante a experiência
analítica*

O tipo de factualidade em questão, ou, mais exatamente, o modo da realidade pesquisada na investigação analítica, é que é mal apreciado. Se a investigação analítica interpreta uma cena por uma outra, se as cenas se traduzem umas às outras e se não há outro sentido a buscar senão aquele que uma primeira cena produzisse, cena essa que seria apofântica, [...] é evidente que não desembocaremos nesta cena oculta, totalmente reveladora, contendo em si mesma todo seu sentido sem remeter mais a outra coisa; de tal forma que a procura da primeira cena contendo todo o sentido da sequência só pode ser infinita e decepcionante. Trata-se, portanto, da questão do que é pesquisado pela investigação analítica⁷.

Insisto na formulação de que o objeto psíquico só pode ser apreendido mediante a experiência analítica, uma vez que ele se constitui na situação criada pela instalação da análise por via da transferência. E o faço porque é daí que resulta a necessidade da análise pessoal como centro da própria formação psicanalítica. Mas ela não basta, claro. Para dar conta do que fazemos quando estamos do lado de lá do divã, na poltrona, é necessária uma reflexão teórico-epistemológica. Para que nos tornemos analistas, é preciso pensar também sobre o que podemos conhecer numa análise e de que forma podemos produzir esse conhecimento.

Uma formação analítica *propriamente psicanalítica* é aquela em que a análise pessoal é o elemento número um do tripé, mas também em que a teoria é trabalhada de modo analítico, e não de modo exegético. Freud, ao criar e desenvolver a psicanálise, acaba por inventar um novo objeto, que não é mais o objeto das ciências naturais, nem mesmo o da psicologia. Trata-se deste objeto até então inédito para o mundo da ciência,

a que já designamos o nome de *psíquico*, peculiar à psicanálise. Não pode ser apreendido simplesmente pela experiência intelectual. Ou seja, não há meio puramente intelectual capaz de nos fazer apreender o objeto da psicanálise.

Não sem razão, um dos poucos pontos do processo de formação que é consensual entre as diversas correntes e instituições psicanalíticas é a necessidade da análise do analista. Mas, no que tange a tudo que cerca sua realização, o caso é diverso: as divergências de posições chegam às raízes do irreconciliável. Com efeito, a multiplicação dos profissionais que se nomeiam psicanalistas, bem como das instituições que se dizem formadoras de psicanalistas, tanto introduziu no campo uma abertura salutar, como potencializou riscos. As instituições psicanalíticas filiadas à IPA mantêm a exigência da análise didática para seus candidatos. Mas o conjunto de preceitos e ordenamentos que cerca tal análise sofreu modificações com o tempo. Mesmo se propondo a ser uma análise como outra qualquer, a análise didática é regulada por normas, que determinam sua duração e a frequência das sessões, além de oferecer uma lista de analistas da qual um nome tem que ser escolhido.

Se concebermos o processo analítico como algo que diz respeito exclusivamente ao sujeito psíquico, não é difícil perceber que sérios problemas começam a se esboçar. A análise pessoal do analista, no que traz de aproveitamento para que este atinja as condições para analisar, significa um trabalho essencial rumo ao alcance do sentido daquilo que vem a ser o próprio objeto da psicanálise. Eis aí, em meu entender, o elemento central da análise do analista, que não deixa de ser, contudo, secundário ao simplesmente analisar-se. Ocorre que, dada a condição supraintelectual do objeto da psicanálise, entra-se em contato com ele apenas quando este se desvela na experiência da análise pessoal. Trata-se, portanto, de uma experiência singular que não tem como se dar no estudo teórico, visto que sua natureza é outra, qual seja, a verdade singular ou idiopática do sujeito. A teoria, para o analista, é que será fertilizada por tal experiência; e isso diferencia

sobremaneira o modo como se dá o processamento do texto teórico para o analista militante e para o exegeta acadêmico.

Um dos desafios mais complexos na formação é a transmissão do conceito de *objeto da psicanálise*, determinado pela pulsão, que se diferencia e se distancia do objeto da conservação em função do movimento do *apoio*. Ora, os objetos tanto da medicina como da psicologia se mantêm no nível da conservação e, por essa razão, permanecem ligados ao conjunto de objetos *naturais*, passíveis de investigação pelos métodos científicos que foram convencionais até um certo momento da história da ciência, e que ainda são válidos, *grosso modo*, para as disciplinas que compõem as *Naturwissenschaften*. Já o objeto psíquico, pelo que comporta de subversão em sua própria gênese como objeto, exige uma subversão correlata no método apto a sua apreensão. Temos que teorizar sobre isso, explicitando que ele sobrenada no discurso, mas *não* é o discurso; e que, portanto, o analista não responde à demanda, mas insiste em manter-se na atitude da *Versagung* (frustração). Ora, trata-se aqui da transmissão teórica de uma especificidade da epistemologia psicanalítica que é, poder-se-ia dizer, bastante sofisticada. Aquele que se propõe a ser analista é, geralmente, psicólogo ou médico e, por conseguinte, esteve imerso numa outra ideia de ciência, com seu objeto e sua consequente metodologia de acesso. Não é fácil processar essa virada.

Mesmo que a transmissão dessa ideia seja parte essencial do trabalho de formação teórica – que também se desdobra *a fortiori* no trabalho de supervisão – seu sucesso ficará na dependência do trabalho da análise de cada analista em formação. Sem dúvida, o analista deve encarar uma “mínima epistemologia” que o leve a ter clareza sobre sua zona de intervenção, mas o acesso ao objeto psíquico só se dará se for em si mesmo e na experiência da transferência. Mais ainda: as dificuldades defensivas na manutenção da postura analítica (*Versagung*) não se resolvem na teoria. Manter-se analista diante dos impasses do campo transferencial, sem ceder aos impulsos defensivos

o aparato psíquico
do analista
se empresta na
função de analisar



que, quando não são grosseiramente *actings* sintomáticos do ódio não processado, travestem-se (cada vez mais!) de “alteração benevolente” de conduta e manejo em razão de supostas “necessidades regressivas” do paciente, é uma operação que requer análise mais do que teoria.

O aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar. Portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas – e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência de seu analisando, com a adicional capacidade de processar os efeitos contratransferenciais no sentido de utilizá-los como elementos da comunicação primitiva do analisando.

O que entra em questão aqui é o fato de que o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é “saber não saber”, e isso difere radicalmente de outros saberes, que se aplicam em outros ofícios. E analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise: o analista deve saber deixar de existir após ter sabido existir profundamente, na medida da necessidade de seu analisando (o que não significa resposta à demanda). Terá que tolerar a resolução da transferência de seu analisando ao fim da análise, o que implicará ser descartado à guisa de objeto transicional.

Então, é exatamente pela importância que atribuímos à análise do analista que, na experiência de formação Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, procuramos preservar

ao máximo a análise pessoal, o que significa, fundamentalmente, não exercer sobre ela um controle institucional e deixar que a escolha do analista se defina apenas pela transferência. Mas, diante disso, como pode proceder uma instituição de formação que não impõe lista de analistas nem controla a frequência de sessões e a duração de um processo analítico? Se abdica do controle das análises, mas ainda assim a considera essencial, que mecanismos lhe restam?

Se se explicita simplesmente a necessidade da análise, mas não se exerce nenhum controle – nem mesmo se ela ocorreu minimamente em algum dia –, corre-se o risco de ver naufragar boa parte dos esforços de formação em razão da deficiência do eixo básico do “tripé” analítico, visto que os outros dois – o estudo teórico e a supervisão – são mais acessíveis ao controle institucional. Uma solução intermediária é o acompanhamento do analista em formação mediante um processo de escuta do que ele tem a dizer sobre tal formação,

escuta que pode ter efeitos simultaneamente analíticos e de avaliação, tanto do analista como da instituição. Todavia, já se entrevê, de partida, que se trata de uma solução que nenhuma virtude maior tem do que aquela de ser *possível*. Não há “solução” definitiva para esse problema. A não ser eximir-se da prática de autorização para ingressar numa outra, que vem a ser a do reconhecimento, solução razoável, apesar de incidir no risco de se valer de uma mudança vocabular para resolver apenas no plano semântico o impasse que perdura na realidade. Isso nos faria vestir a carapuça do dito francês: *plus ça change, plus c’est la même chose*. O fio da navalha sobre o qual transitamos é o da não transformação de regras burocráticas – que têm a enorme vantagem de serem explícitas – em equivalentes sem letra, mas consuetudinárias, já que o jogo do poder se insinua a cada fresta de todo campo institucional. Creio que assumir tal problema como situado no campo daqueles cuja solução é assintótica já é um bom começo.

Referências bibliográficas

- Breuer J.; Freud S. (1895/1981). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago; v. 2, p. 13-370.
- Laplanche J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Schnaiderman R. (1988). Política de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura. *Percurso*, 1(1), p. 11-14.

The Department of Psychoanalysis and psychoanalytic training

Abstract An institutional project for the transmission of psychoanalysis must be based on epistemological foundations that involve the object of psychoanalysis, the analytical practice, the training of the analyst and the institutional conditions that allow its functioning. In other words, all these elements must be, in themselves, analytical. The conviction that epistemological rigor regarding what is analytical and what is the object of psychoanalysis must permeate the constitution of an association that trains psychoanalysts is emphasized. Based on this need, the position of the Psychoanalysis Course of the Sedes Sapientiae Institute is presented in general terms, interspersed with the personal positions of the author.

Keywords transmission of psychoanalysis; psychoanalytic training; epistemology of psychoanalysis.

Texto recebido: 03/2025.

Aprovado: 04/2025.